



LEI 10.639/03: UM ESTUDO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO EDUCACIONAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE -PB

Ione de Almeida Querino¹; Washington Antonio Pereira de França; Lidiane Alves Soares;
Ana Cristina Silva Daxenberger.

*(Graduanda de Licenciatura em Química pela Universidade Federal da Paraíba, campos II,
ionealmeidaquerino@outlook.com)*

Resumo

Este artigo buscou fazer uma análise sobre as questões envolvendo a aplicação da Lei 10.639/03, tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de ensino básico. Esse artigo se baseou em outras publicações já existentes do grupo de pesquisa: “Educação, Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável”, registrado junto ao CNPq -UFPB, buscando verificar a concepção dos alunos sobre os conteúdos exigidos pela referida legislação, no currículo escolar, bem como analisar a importância destes conhecimentos na formação dos discentes, além de investigar como está ocorrendo o processo de ensino-aprendizagem desta temática no decorrer do ano letivo. Foi aplicado um questionário semiestruturado com 200 alunos regularmente matriculados no ensino médio em uma escola pública do município de Alagoa Grande, Estado da Paraíba, posteriormente, os dados foram analisados e discutidos. Foi possível observar que (54,5%) dos alunos gostariam de estudar de forma mais aprofundada os assuntos envolvendo questões sobre a África e suas contribuições em nossa sociedade. Foi identificado também, que os professores ainda não seguem com rigor as orientações pedagógicas propostas pela Lei 10.639/03 deixando para trabalhar os assuntos relacionados a este tema apenas em datas comemorativas, não abordando a temática de forma eficiente para construção de práticas inclusiva. Diante a isto, concluímos que todos os professores deveriam cumprir o proposto pela Lei 10.639/03 aprofundar os temas sobre a África em todo ensino fundamental e médio, para que todos alunos conhecessem de forma mais satisfatória a história e cultura africana e afro-brasileira, formando desta forma, uma sociedade reconhedora das diferenças culturais.

Palavras – chave: Etnicidade, África, Lei 10.639/03, Formação de Professores, Currículo.



Introdução

A Lei 10.639 entrou em vigor no dia 09 de janeiro do ano 2003, tornando obrigatório o ensino da história e cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas do ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas do ensino básico no Brasil (NASCIMENTO, 2010).

Segundo GUEDES *et al* (2013), a integração dos conteúdos africanos nas salas de aulas é muito importante para a socialização da cultura e na formação étnico-brasileira, mostrando para a sociedade o lado da história das populações excluídas, possibilitando o conhecimento sobre a cultura, a religião, as comidas, as danças, a literatura, os personagens históricos omitidos, entre outras belíssimas formas de conhecer melhor e entender as formações étnico-sociais do nosso país.

A história e cultura da África já eram integradas ao currículo escolar, porém os professores tinham a liberdade de trabalhar ou não, com tais conteúdos. Contudo, em 2003 passou a ser obrigatório estudar os temas sobre a África como literatura e cultura Afro-brasileira, para estimular os alunos e professores, a debater mais sobre os assuntos a respeito desta temática (GUEDES, 2013).

Esta legislação alterou também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), nº 9.394/96, a qual em seu artigo 3º aponta que o processo de ensino-aprendizagem deve estar baseado em alguns princípios como o:

- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

A mesma legislação ainda determina em seu 4º artigo, que o processo de ensino nas escolas brasileiras deverá levar em consideração “as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.

Desta forma, ao longo do ano letivo, os alunos teriam contato com uma rica diversidade cultural, enriquecendo seus conhecimentos sobre diferentes povos e suas culturas, além de promover a autoafirmação étnica e cultural dos sujeitos.

Porém, conforme o que é apontado por FRANÇA *et al* (2014), os docentes desenvolvem determinados temas apenas em momentos específicos, o qual o autor denomina de “datas comemorativas”, ou seja, no caso do tema em questão, muitas vezes os professores trabalham as questões envolvendo a história e cultura africana e afro-brasileira apenas no “Dia da Consciência Negra” (20 de novembro) ou no “Dia da Abolição da Escravatura” (18 de maio), fato este, que não condiz com o exigido pela Lei 9.394/96, a qual em seu artigo 26º diz que:

Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

É destacado que muitas vezes, este conteúdo não é trabalhado ao longo do ano letivo, porque o professor tem vários assuntos, ao longo do livro didático, os quais precisam ser trabalhados em sala de aula. Desta forma, assuntos importantes para a sociedade como a diversidade da cultura negra, assim como suas valiosas características que formam o nosso país, acabam não sendo estudados de eficiente.

A qualidade dos livros didáticos também influencia neste processo, pois, a imagem do negro no livro didático é marcada pela inferiorização deste em relação ao branco. Por isso, muitas crianças negras acabam tendo vergonha em assumir sua origem, lutar pelos seus direitos, pois quando vão ler um livro sua origem é sempre desvalorizada, relacionada a coisas negativas. (CAVALLEIRO, 2005).

Ainda de acordo com CAVALLEIRO (2005) a insuficiência dos livros didáticos em retratar um outro lado da história dos negros acaba negligenciando também o valor da miscigenação, já que parte dos brasileiros são de origem africana tornando o Brasil multicultural, isto tudo acontece porque a história destas pessoas acabam sendo retratada na visão do colonizador .

Desta forma, muitas vezes o professor fica preso ao processo de ensino dos conteúdos relacionados à escravidão, mostrando única e exclusivamente a importância de Zumbi dos Palmares, quando se quer trabalhar as questões relacionadas aos negros, não mostrando a totalidade da história e cultura da africana, no Brasil.

Por isso, a legislação estudada nos indica que é necessário apresentar o outro lado da história, de forma com que os alunos possam compreender e tenham um conhecimento melhor e conseqüentemente, se identifiquem e assumam a identidade negra.

Nesta perspectiva, o objetivo da Lei 10.639/03 é assegurar o reconhecimento da cultura negra e sua história. Também tenta superar o racismo, preconceitos existentes na sociedade e em sala de aula, tentando diminuir a discriminação em relação as diferenças étnico-racial. Porém cabe destacar que o problema em questão esta centrado na aplicabilidade desta legislação conforme observado em Aguiar *et al* (2010), o qual diz que:

As questões relativas à aplicabilidade da lei já foram e ainda são discutidas em diversos eventos científicos envolvendo vários especialistas, resultando em propostas, posicionamentos, materiais de apoio aos professores e outras propostas. Entretanto, infelizmente, ainda encontramos profissionais da educação sem o preparo necessário para trabalhar as questões relativas à História e cultura afro-brasileira e africana (AGUIAR; *et al* 2010, p.94)

Diante a este despreparado dos profissionais da educação em lidar com estes conteúdos, corroborando com a não aplicação das legislações discutidas neste trabalho, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar como está sendo desenvolvido o conteúdo exigido pela Lei 10.639/03 e sobre a importância dos estudos sobre a história e a cultura Africana no currículo escolar, a partir do olhar dos estudantes em uma escola pública de ensino médio localizada no município de Alagoa Grande, Paraíba.

Metodologia

Essa pesquisa foi realizada nos meses de junho a agosto do ano 2016 pelos alunos bolsistas e voluntários do projeto PROLICEN: Educar para a diversidade: um olhar para a lei 10.639/03 e 11.645/08 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



A pesquisa foi realizada com 200 alunos do ensino médio da escola “ X”, localizada na cidade de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba. Para a coleta de dados foi feito um questionário semiestruturado contendo 12 questões, com o objetivo de identificar a importância de estudar a história e cultura Africana, e verificar se os alunos consideram necessário que os professores discutam assuntos relacionados ao tema, além de identificar como está ocorrendo o processo de ensino-aprendizagem nas áreas responsáveis pela temática (Artes, Literatura e História) e a aplicação da Lei 10.639/03 nesta escola.

Resultados e Discussão

A diversidade no Brasil é algo bem notória, são muitas culturas em nossa sociedade, fazendo com que o nosso país seja um dos mais ricos em diversidade cultural. Porém, cabe ressaltar, que nem sempre esta diferença é bem trabalhada, fazendo com que aconteçam conflitos devido a esta diversidade, podendo resultar em atos de racismo e/ou preconceito.

Para amenizar estes conflitos, é importante que os professores trabalhem com estes temas em suas aulas. Por isso, um dos primeiros dados destacados nesta pesquisa foi em relação a implantação destes conteúdos por estes professores. E conforme os resultados obtidos com os 200 alunos entrevistados (54,5%) responderam que sim, seus professores desenvolvem atividades, principalmente nas disciplinas de geografia e história.

Este dado foi confirmado, no momento em que os entrevistados foram questionados se a escola desenvolve alguma atividade sobre racismo e/ou preconceito racial, sendo que 69,5% alunos afirmam que a escola desenvolve estas atividades (oficinas, palestras, cursos e aulas).

Segundo PIMENTEL *et al* [s.d.], a escola tem o papel de contribuição para o conhecimento dos alunos em relação ao racismo e preconceito, o professor tem a principal função que é preparar o aluno para situações preconceituosas.

Outra questão importante foi sobre a importância da temática em relação ao racismo e preconceito no currículo escolar, o que constatamos que todos (100%) os participantes afirmaram que gostariam que os professores debatessem mais sobre o tema, como por exemplo: quais são as leis abordam essas temáticas e a superação de situações preconceituosas. Assim alguns participantes se expressaram:

“Para conscientizar as pessoas de que todo mundo é igual” (Aluno 1, 1º ano)

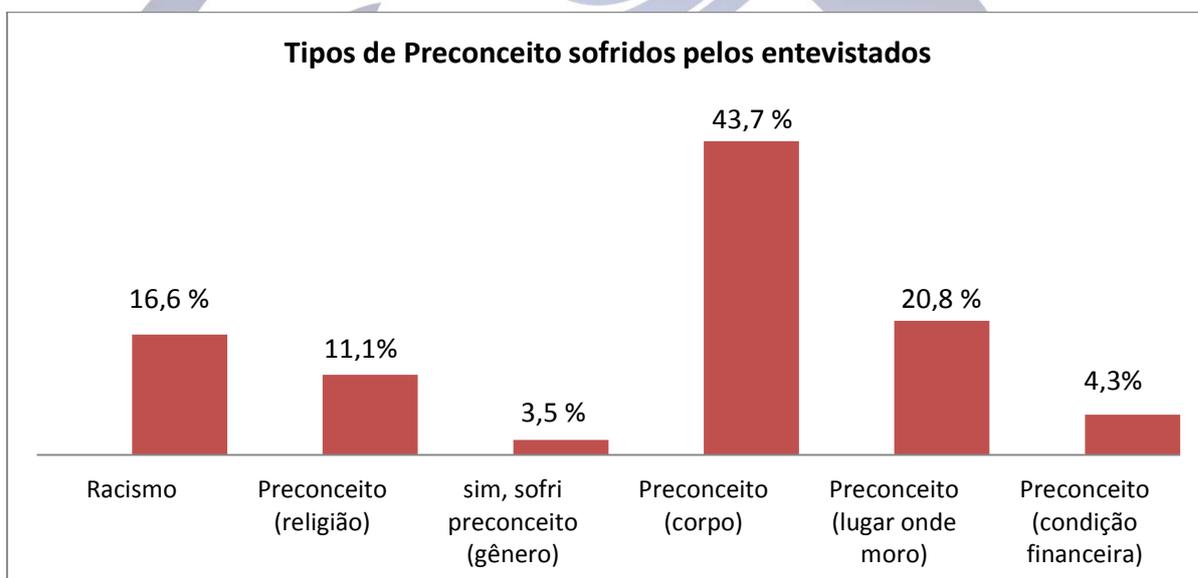
“Porque o preconceito está em todo lugar e a toda hora” (Aluno 2, 2º ano)

“Pois nas escolas é onde mais acontece” (Aluno 3, 3º ano)

“Todos tem que se respeitar” (Aluno 4, 3º ano)

Para OLIVEIRA *et al* (2012), a Lei 10.639/03 traz discussões sobre racismo e preconceito sendo uma forma de não silenciar estas situações dentro do ambiente escolar, no mito da democratização racial. Quanto questionados sobre estas situações, podemos constatar que os alunos já sofreram algum tipo de racismo ou preconceito (gráfico 1).

Gráfico 1. Percentual mostrando as formas de preconceito sofridas pelos alunos.



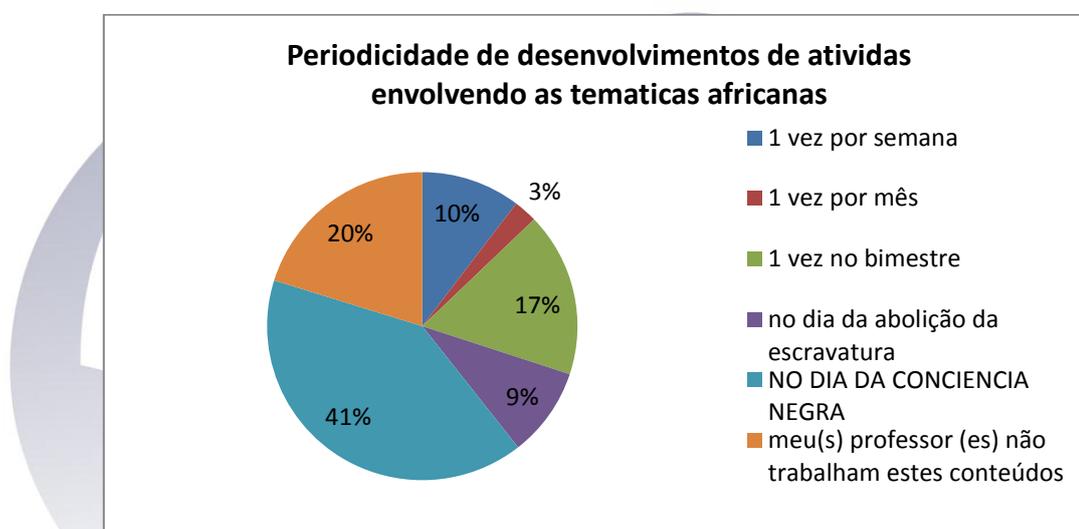
Fonte: Autores

Podemos observar no gráfico que 43,7% dos alunos sofreu ou sofre preconceito em relação ao corpo, e em segundo lugar 20,8% dos alunos sofrem preconceito com o lugar onde

reside, realçando a importância das políticas públicas e da educação no rompimento destes atos na sociedade, que acabam por desequilibrar o convívio em harmonia.

Em relação à periodicidade em que os professores trabalham os conteúdos relacionados à África, constatamos que ainda se prevalece o ensino destes conteúdos nos períodos de datas comemorativas como já relatava França *et al* (2014) (Gráfico 2). E ainda alarmante é que 20% dos participantes afirmam que os professores não trabalham esta temática.

Gráfico 2. Frequência que os professores trabalham assuntos da África.



Fonte: autores

Outro ponto importante na pesquisa trata-se sobre os conteúdos abordados pelos professores nestes momentos formativos. Na tabela 1 mostramos os conteúdos mais trabalhados na escola sobre a África.

Tabela 1. Conteúdos trabalhados pelos professores em relação à África

Conteúdos trabalhados	N °de citações
-----------------------	----------------



Religião	45
História	114
Dança	62
Comidas	35
Escravidão	93
Aspectos Biológicos	8
Principais Personagens	21
Literatura	14
Nenhuma das perguntas	15

Geralmente, quando os professores trabalham as questões relacionadas à África em sala de aula, a escravidão acabam tornando-se o único tema discutido. Os professores esquecem de abordar importantes temas como a literatura, principais personagens negros, importância na sociedade entre outras, conforme aponta OLIVA (2009). Identificamos 114 citações para o aspectos histórico e 93 para o foco sobre a escravidão, o que entendemos que mesmo depois de uma década de promulgação da Lei 10.639/03, o currículo escolar, ainda centra-se no mesmo foco de estudo sobre os aspectos étnico-raciais e a história, sem haver a preocupação de romper com as amarras que sustentam um currículo eurocêntrico na visão do colonizador em reforçar a imagem do negro submisso e escravo.

Oliva (2009) já afirma que até meados de 1990, os aspectos sobre a história da África, nos currículos e livros escolares brasileiros não traziam significava contribuição para a formação quanto à valorização étnica de nossa nação.

Esses conteúdos apareciam sempre retratado de maneira secundária e “associado ao período marítimo dos séculos XV e XVI, ao tráfico de escravos e aos processos históricos do Imperialismo, Colonialismo e das Independências na África, esse quadro passou a sofrer uma evidente modificação a partir de 1996”. (OLIVA 2009, p



144). No entanto, em nossa pesquisa, constatamos que pouco se alterou sobre este aspectos.

Nas vozes de alguns alunos quando questionados o que eles gostariam que mudasse em sua escola a respeito da efetivação de atividades sobre as questões da história e cultura negra, destacamos algumas vozes:

“Na minha opinião deveria ter mais palestras sobre o racismo e preconceito pois ali é onde os alunos aprendem.” (Aluno, A série 3º)

“Que as pessoas fossem mais legais porque ser negro não é uma doença. O que Deus fez ninguém pode mudar tem que acolher. Era para ser todos unidos, não poderia haver brigas e discussão entre outros.”(Aluno,B série 1º)

“O modo como as pessoas encaram quem é diferente pelo fato de ter um cabelo cacheados de ser de cor diferente e ver que todos nós somos iguais.”(Aluno,C série 2º)

“A participação de pais em palestras, a ampliação dos temas que podem ser abordados em relação a isso. Mostrando a história e a cultura como um todo, colocando em primeiro lugar o respeito para com todos.”(Aluno, D série 3º)

Esses dados mostram que os alunos sentem a necessidade de um contato maior com a temática, porém com muitos já se encontram em fase de finalização do ensino básico, estes alunos só terão a oportunidade de estudar de forma mais aprofundada o tema, em um possível curso superior (90% dos alunos pretendem ingressar na universidade). O que nos remete a uma possibilidade dos Institutos de Ensino Superior (IES) assumirem seu papel social quanto às questões étnico-raciais, no oferecimento nas matrizes curriculares, podendo corrigir uma lacuna no processo de ensino-aprendizagem pelo não oferecimento adequado dos conteúdos exigidos pela Lei 10.639/03.

Em nosso entendimento, é necessário que os professores invistam na formação continuada, para que possam estar trabalhando os temas propostos pelas legislações adequadamente. Conforme nos mostra MIRANDA *et al* (2012), a educação é um direito de todos e:

[...] a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas. Uma oportunidade para (re) pensar as relações de poder existentes no currículo, os mecanismos utilizados para validar os conhecimentos e os pressupostos que fundamentam quem pode ou não aprender na escola. (MIRANDA, *et al* 2012, p. 19)

Por isso, a efetivação das legislações é importante, juntamente com políticas de formação profissional para que os alunos e toda sociedade de forma geral possam ter um melhor entendimento sobre as questões relacionadas à história e cultura africana, para que possamos construir uma sociedade mais justa, com o objetivo de valorizar as diferentes culturas e promover a autoidentificação étnica e cultural do povo brasileiro.

Considerações finais

Podemos concluir que a importância do estudo sobre as questões que envolvem a África para os alunos do ensino médio é muito significativa, visto que, com o contato com estes temas, os alunos poderão entender melhor e respeitar mais a história e cultura de um povo guerreiro, assumindo sua identidade como negro, diminuindo os casos de discriminação, preconceito e racismo.

Também vale destacar que é muito importante o estudo de assuntos nas áreas sociais no currículo escolar que necessitam de tempo para ser compreendidos, não só uma vez no ano, mas sim ao longo de toda vida estudantil. Ainda existe a necessidade da formação dos profissionais da educação para que os alunos possam ter o interesse pela temática atendida e desta forma o cumprimento das legislações da área. Ninguém ensina aquilo que não sabe, por este motivo, a formação docente continuada faz-se necessários para a superação do ensino focado no currículo na percepção do homem branco colonizador, para a construção da aceitação da diversidade social e cultura de nosso povo.

Referências

AGUIAR, Janaina C. Teixeira; AGUIAR, Fernando J. Ferreira. **Uma reflexão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a formação de professores em Sergipe**. 2010.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação. Lei 9.394**. Senado: Brasília: 1996.

_____. **Lei 10.639**. Senado Federal: Brasília, 2003.

_____. **Lei 11.645**. Senado Federal: Brasília, 2008.

CAVALLEIRO, E. S. **O negro nos livros didáticos**. 2005.

FRANÇA, W, A,P, DAXENBERGER, A C, S ,SANTOS, T, E, D. **Trabalhando conteúdos de ciências biológicas para**



alunos com necessidades educativas especiais. CINTEDI, Congresso Internacional de educação e Inclusão, 2014.

GUEDES, E, NUNES, P, ANDRADE, T. **O uso da lei 10.639/03 em sala de aula.** *Revista Latino-Americana de História*, Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013.

MIRANDA, T, G, FILHO. A. G. **O professor e a educação inclusiva**, 2012.

NASCIMENTO, A. E. J. **Educação e preconceito racial no Brasil: discriminação no ambiente escolar.** *Revista em Educação: Desenvolvimento, ética e responsabilidade social*, 2010.

OLIVA , A. R. **A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/07.pdf>, acesso em Agosto de 2016.

OLIVEIRA, L, B, S, JÚNIOR ,H, A, C, **A Importância da Lei Federal .** *Revista africana e africanidades* ano 4- n 16 e 17 fevereiro 2012.

PIMENTEL, J. J. C, SILVA,J,L,SANTOS,N,A,M,S. **Racismo na Escola: Um desafio A Ser Superado.** Disponível em: http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Racismo_Escola_um_desafio_ser_superado_ped.pdf , acesso em Agosto de 2016. [s.d]

